



ATA Nº 6
SESSÃO ORDINÁRIA
10.09.2021

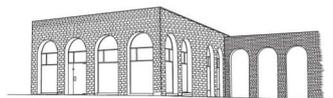
MANDATO 2017/2021



AMMG

Município da Marinha Grande

Assembleia Municipal



Praça Guilherme Stephens
2430-522 Marinha Grande

(00351) **244 573 300** tel
(00351) **244 561 710** fax

NIF 505776758
assembleia.municipal@cm-mgrande.pt
www.cm-mgrande.pt

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2021 _____

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, **sob a presidência** de Luís Guerra Marques e secretariada por, Susana Paula Ribeiro Domingues primeira secretária e, segundo secretário, Pedro Nuno Rosa de Oliveira Correia reuniu na modalidade mista, que combinou o formato presencial no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, e a videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 3.º da Lei 1-A/2020, de 19 de março, na sua redação atual, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM - GALLO VIDRO, S.A**, nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; _____
2. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020**, nos termos do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _____
3. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 13.ª MODIFICAÇÃO AOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS 2021 – 4.ª REVISÃO**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _____
4. **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – 4.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2021; _____
5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2021**, nos termos do disposto na alínea o), n.º 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; _____
6. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c), n.º 2 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 7º-B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na redação atual, republicada pela Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. _____

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: _

Bancada do Partido Socialista (PS): João Paulo Féteira Pedrosa, Frederico Manuel Gomes Barosa, Margarida Cristina Soares de Carvalho Pereira Henriques, Miguel Nuno Roseiro Ferreira Vieira, Cláudia Fabiana Gaspar Brito Perfeito e Joaquim António Paiva Rodrigues; _____

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): Maria Etelvina Lopes Sousa Ribeiro, Renata Alexandra Gomes Pereira e Maria Clementina Loureiro Esperança; _____

Bancada do Movimento pela Marinha (MPM): Carlos Wilson da Silva Batista, Artur Jorge Rosa dos Santos, João Cravo Nunes da Silva Granja e Lisa Manuela Bordalo Barata; _____

Bancada do Movimento Mais Concelho (+C): Luiz Manuel Ferreira Branco e Maria João dos Santos Roldão Gomes (**N INS**); _____

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): Nuno Miguel Lopes Machado; _____

Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Ana Margarida Balseiro de Sousa Lopes; _____

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia: Marinha Grande:** Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas (CDU) **Vieira de Leiria:** Álvaro Pinto Cardoso (PS) **Moita:** António Soares André (PS). _____

Estiveram ainda presentes, pelo órgão executivo, a Presidente da Câmara Municipal, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, os Vereadores Aurélio Pedro Monteiro Ferreira e Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e as Vereadoras Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho, Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, Célia Cristina Letra Faustino Guerra e Lara Marques Lino. _____

De acordo com o disposto no artigo 49º do Regimento, foram ainda comunicadas e justificadas as ausências e admitidas as respetivas substituições dos seguintes deputados: Aníbal Curto Ribeiro (PS) pelo deputado Miguel Nuno Roseiro Ferreira Vieira, Ana Luísa Cardeira Martins (PS) pela deputada Cláudia Fabiana Gaspar Brito Perfeito, Francisco Manuel de Jesus Soares (PS) pelo deputado Joaquim António Paiva Rodrigues, Filipe André Cardoso Andrade (CDU) pela deputada Renata Alexandra Gomes Pereira, Luís António Geria Barreiros (CDU) pela deputada Maria Clementina Loureiro Esperança, Vanessa Andreia Feliciano Rocha (MPM) pela deputada Lisa Manuela Bordalo Barata, Ângela Domingues de Sousa (MPM) pelo deputado João Cravo Nunes da Silva Granja. _____

A deputada Susana Marina Cadete dos Santos Costa (IND CDU) justificou a sua ausência por motivos profissionais e a mesma foi aceite pela Mesa. _____

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e três deputados, nos termos do disposto no artigo 11º do Regimento, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, **o Presidente da Mesa**, Luís Guerra Marques, antes de declarar aberta a sessão, convidou toda a Assembleia a guardar um minuto de silêncio em homenagem ao Ex Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio que faleceu hoje, aos 81 anos, um dos obreiros da democracia em Portugal.

Foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes, **o seguinte voto de pesar:**

“ Faleceu hoje o Presidente Jorge Sampaio!

Uma vida cheia ao serviço de Portugal e dos direitos humanos universais, como hoje tem sido assinalado por todo o mundo.

Lutador antifascista.

Líder do movimento estudantil de 62.

Advogado de presos políticos.

Secretário-Geral do Partido Socialista e Presidente da República.

Causas a que se dedicou com o mais sentido humanismo.

Dedicou-se, nos últimos anos a causas universais como os oceanos e refugiados.

Jorge Sampaio fica para a história como um cidadão exemplar.

Curvemo-nos em sua memória!”



Usou da palavra, **o deputado João Paulo Pedrosa (PS)** que apresentou o seguinte **voto de pesar** que foi aprovado por unanimidade dos presentes:

“Na passada semana faleceu a Professora e Ex-Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Pinto.

Fernanda Pinto foi uma professora, dirigiu a Escola Padre Franklim durante muitos anos, e pedagoga de gerações de vieirenses, mesmo antes do 25 de Abril.

A sua inteligência e cultura marcou-nos a todos, em cada aluno conseguiu granjear um amigo e um admirador.

Dedicada à causa pública e à cultura cívica, Fernanda Pinto foi Vereadora da Câmara e deputada na Assembleia Municipal e, dada a sua cultura e capacidade de escrita, colaborou com inúmeras instituições recreativas e culturais do nosso concelho. Numa dessas iniciativas escreveu um poema de homenagem ao 25 de Abril que perdurará na memória de todos.

Neste momento de perda, curvemo-nos em sua memória e apresentamos as mais sentidas condolências à sua família.”



De seguida, **o Presidente da Mesa** declarou aberta a sessão e colocou as atas à votação.

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a ata nº 3/2021 da sessão extraordinária de 18.06.2021 e como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação, tendo esta sido aprovada por maioria com dezassete votos a favor e seis abstenções, por ausência dos deputados. _____

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a ata nº 4/2021 da sessão ordinária de 30.06.2021 e como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação, tendo esta sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e sete abstenções, por ausência dos deputados. _____

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a ata nº 5/2021 da sessão extraordinária de 14.07.2021 e como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação, tendo esta sido aprovada por maioria com catorze votos a favor e nove abstenções, por ausência dos deputados. _____



De seguida, **o Presidente da Mesa** informou que deu conhecimento aos Srs. líderes de bancada da carta que enviou à Sra. Presidente da Câmara sobre o recente uso dado ao antigo edifício da Assembleia Municipal e informou também que vai remeter o documento que recebeu hoje, sobre a execução orçamental até ao mês de julho.

_____ **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

O Presidente da Mesa declarou aberto o período antes da ordem do dia pelas 20h50.



Usou da palavra, **a deputada Maria Loureiro (CDU)** que disse que chegados às eleições autárquicas, é altura de fazer um balanço em relação ao mandato que agora termina, que disse ter sido mau.

Os munícipes não viram a sua qualidade de vida melhorada, foi um deserto de ideias, com uma baixíssima execução orçamental, mas com muitos milhões em caixa. Viabilizaram todos os orçamentos e as suas propostas, exceto o centro intermodal, mas também não apresentaram nenhuma reformulação.

Referiu que o património é dos Marinhenses e não deste executivo permanente, por isso deve haver discussão sobre a FEIS, a albergaria nobre, o museu da floresta, etc...

Fez ainda uma alusão à cedência de espaços públicos, património de todos os Marinhenses, a privados das listas do PS.

Reforçou a incapacidade de dialogar deste executivo ao longo de todo o mandato.

Ficou tudo por fazer.

Usou da palavra, **o deputado Luiz Branco (+C)** que lamentou e repudiou os atos de vandalismo contra os materiais da campanha eleitoral.

Fez também um balanço do mandato e disse que a Sra. Presidente é uma política integrada na máquina do PS, mas submissa. Como Presidente do executivo não satisfaz. Não soube reclamar os interesses dos munícipes sobre a nossa mata e não soube exigir ao governo nada, face ao grave crime ambiental que fomos vítimas. Não conseguiram garantir o alargamento da zona industrial, não foram capazes de integrar a rede de percursos pedestres, não negociaram uma área da mata para um parque de lazer, etc...etc...continuamos a passar ao lado do futuro.



Usou da palavra, **a deputada Maria João Gomes (NI +C)** que disse ser-lhe difícil fazer um balanço, uma vez que, durante estes 4 anos, o Concelho ficou adiado.

A lógica partidária foi fatal no nosso Concelho. Aquilo que se deveria ter exigido ao Governo, não foi exigido. O incêndio de 2017 foi uma tragédia, cujas consequências, ainda hoje, todos estamos a viver.

Era tempo de reivindicar: o alargamento da zona industrial e o museu da floresta. Oxalá nos próximos 4 anos, se consiga começar a fazer alguma coisa por este Concelho.

Em jeito de despedida, fez um balanço da sua passagem pela Assembleia e agradeceu aos eleitores a confiança que lhe deram para os representar.

Na sua atividade política, defendeu e pugnou pela dignidade e melhoria das condições de vida do Concelho e da sua população. Foi uma honra poder servi-los neste mandato. Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia, a isenção e a igualdade de tratamento das diferentes forças, aqui representadas, e que aqui sempre puderam expressar, livremente, a sua opinião. Agradeceu também o respeito de todos os colegas deputados. Terminou, dizendo que é preciso cada vez mais, ética na política.



Usou da palavra, **a deputada Ana Margarida Balseiro (PSD)** que se associou ao que já foi dito sobre o Dr. Jorge Sampaio, um Homem muito bom e que marcou a história do nosso país nas últimas décadas.

Sobre o balanço do mandato, disse que o que prometeram há 4 anos, não foi feito. Só com muita desfaçatez, é possível atribuir responsabilidades aos outros, por

aquilo que não fizeram. Disse ainda que não valeu de nada aos munícipes da Marinha Grande, o facto de termos um executivo camarário PS e um Governo PS.

Ficámos a marcar passo face a outros municípios, aqui à volta.

Agradeceu também a colaboração que teve sempre da parte de todos os deputados, e em especial do Sr. Presidente, uma vez que também vai sair da Assembleia, onde está, desde 2009.



Usou da palavra, **o deputado João Granja (MPM)** que disse que estes últimos 4 anos, foram muito mal aproveitados e com grave falta de eficácia. Exemplo disso, é o programa municipal de desfibrilhação. Em 2018, fiz uma proposta para a aquisição de 44 desfibrilhadores, e eis que chegámos a 2021, e o Concelho tem apenas 5 desfibrilhadores.

Usou da palavra, **o deputado Frederico Barosa (PS)** que disse, também estar de saída, este é o seu quinto mandato na Assembleia e agradeceu a todos os Presidentes com quem se cruzou e a todos os deputados sem exceção.

Deixou o desejo que a campanha eleitoral fosse uma aposta em verdadeiras propostas para ganhar as eleições, ao invés de críticas. Disse estar sempre disponível para a Marinha Grande.



Usou da palavra, **o deputado Carlos Wilson (MPM)** que fazendo uma retrospectiva da relação entre os dois órgãos do Município, lamentou a chegada tardia de centenas de páginas de documentos para análise e o facto de a Assembleia ter fiscalizado pouco a atividade da Câmara. Espera que o próximo executivo altere este procedimento e seja mais transparente. Deixou o desafio para que a Assembleia abra portas ao diálogo com aqueles que têm experiência comprovada para pensarem o futuro da Marinha Grande.



Usou da palavra, **o deputado João Paulo Pedrosa (PS)** que elogiou o Presidente da Assembleia enquanto baluarte da garantia da estabilidade do funcionamento da

Câmara. Mas em tempo de campanha eleitoral, e na carta aberta à Presidente da CM sobre a cedência do antigo edifício da assembleia municipal, fê-lo já enquanto candidato, dado que não questionou o líder de bancada do PS. Desde 2018, que as reuniões da AM são realizadas aqui, na Resinagem.

Sempre se emprestaram edifícios e equipamentos municipais a empresas e instituições para armazenagem, formação, festas, jantares, etc...

Com a pandemia, diversos municípios emprestaram os seus espaços. Nós, nestas últimas semanas, fomos dos que tivemos mais casos no centro do país, por isso é necessário testar e colaborar com as empresas que fazem testes para despiste do Covid. Portanto, só mesmo a circunstância da campanha eleitoral, é que pode ter levado a isto e o problema, está também na qualidade da lista do PS.



O Presidente da Mesa esclareceu que se manifestou porque não gostou que as instalações, onde a Assembleia só deixou de funcionar por manifesta falta de condições, fosse cedido, sem que a própria Assembleia tivesse sido informada.

Ao contrário do que foi dito, cumpriu apenas o seu dever e obrigação, enquanto Presidente.



Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que disse não existirem problemas no nosso Concelho, que não estejam identificados, há 4, 8, 12 ou até mais anos. O problema é que continuam todos por resolver.

Decorridos já 18 meses, desde o começo da pandemia, e estando um grande número da população já vacinada, porque é que só agora é que surge a necessidade de emprestar as instalações a um laboratório privado!? O Covid serve de desculpa para muita coisa.

Quanto ao desempenho do executivo, já foi tudo dito. Estaríamos aqui horas a elencar o que o nosso Concelho necessita e que, ou está em estudo, ou está para arrancar, ou está em ante projeto, ou em projeto, enfim...a única obra que se vê a avançar é a obra da adutora, que arrancou neste último ano.

Esperamos que venham 4 anos melhores do que esta governação PS.

Usou da palavra, **a deputada Cláudia Perfeito (PS)** que disse nem tudo ter sido dito neste balanço de mandato. Disse que a Marinha Grande alterou muito de há 4 anos para cá, principalmente, na humanidade deste executivo e na sua preocupação com os munícipes. Acontecimentos graves assolaram o Concelho, o incêndio, a tempestade Leslie e a pandemia e a Câmara nunca virou as costas a ninguém que precisasse.

Inicialmente, também ficou chocada com a inércia do ICNF face ao nosso Pinhal, mas viu também que o executivo nunca deixou cair este assunto e que afinal, agora já se veem pinheiros a nascer por todo lado, fruto da regeneração natural. Disse ainda que a Marinha Grande tem problemas de longa data e de difícil resolução, mas outros foi resolvendo. A adutora já está em obra, a piscina municipal já tem projeto, a rede de águas e saneamento está praticamente completo e adquiriu-se a FEIS.



Usou da palavra, **a deputada Etelvina Ribeiro (CDU)** que saudou em especial todos aqueles que vão deixar de estar na Assembleia no próximo mandato. Mostrou o seu desagrado face às insinuações levantadas sobre o facto de haver municípios que sempre cederam instalações a “amigos das listas”. Referiu que o que está em causa é a forma como se fez a cedência e não a cedência propriamente dita. Frisou também que a CDU tem muito orgulho nos muitos trabalhadores das suas listas, e que esses são realmente os nossos ilustres e as nossas personalidades.



Tomou a palavra, **o Presidente da Mesa** que agradeceu a forma como foi tratado ao longo do mandato. Elogiou a postura de todos os deputados na Assembleia que funcionou sempre de forma democrática, dado que esta é a casa da democracia, por excelência. Agradeceu ao executivo e aos deputados que lhe facilitaram a tarefa de gerir os trabalhos, pois souberam sempre respeitar-se nas diferenças. Agradeceu ainda ao gabinete de apoio toda a cooperação prestada ao longo do mandato.

Aos que vão sair no próximo mandato, desejou as maiores felicidades e que um dia voltem ao espaço político. Aos que vão continuar, procurem sempre dignificar este órgão e quem sabe com um novo regimento possamos ainda melhorar o nosso trabalho.

Tomou a palavra, **a Presidente da Câmara** que se mostrou muito orgulhosa do seu trabalho e da sua equipa, em prol do desenvolvimento do nosso Concelho. O centro intermodal para ter financiamento, tem que ser feito na área do PEDU. É sempre pedida a opinião dos vereadores na elaboração dos orçamentos. Existe um projeto para o mercado, que pode ser adaptado, digam onde é que o querem. A FEIS é para nós, uma alavanca para o desenvolvimento do nosso centro e a antiga albergaria Nobre é, nossa ideia, fazer uma residência de estudantes com protocolo com o IPL e o ISDOM. Ainda não desistiu do Museu da Floresta e tem trabalhado para que o mesmo se torne uma realidade. Esteve a falar com os proprietários das Piscinas de S. Pedro, porque quer resolver as coisas, inclusive, nesse sentido, já foi pedida uma alteração ao POC.

Repudiou as insinuações relativas à questão da cedência das antigas instalações da AM e explicou que o espaço foi pedido por um curto espaço de tempo porque estamos novamente “no laranja” em termos de mapa pandémico e só ficará descansada quando estivermos no verde, porque neste tempo de pandemia estivemos sempre na linha da frente a pensar nas pessoas e assim vamos continuar.



Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimento ao estipulado no nº 1 do artigo 16º e no artigo 18º do Regimento, **a Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições de segurança para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, uma vez que a presente sessão decorreu na modalidade mista, o que permitiu a presença de público no auditório. Chamou a intervir, os munícipes inscritos.

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

1 - O Sr. Manuel dos Santos Pereira, dirigente do STAL, que veio abordar questões relacionadas com a aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade e com a avaliação do desempenho relativa a 2019/2020.

A Sra. Presidente da Câmara esclareceu que sempre esteve disponível para dar resposta aos direitos dos trabalhadores. Sobre este suplemento foi pedida a reapreciação de algumas situações, e, portanto, desde que haja fundamentação legal para as mesmas, serão aplicadas aos respetivos trabalhadores.

2 – O Sr. Virgílio Sousa Gregório, morador em Albergaria, que abordou os seguintes assuntos:

- PDM;
- Placas de informação e sinalização;
- Reuniões de câmara;
- Cemitério de casal galego.

A Sra. Presidente da Câmara disse que tem vindo a dar dado as respostas a estes assuntos nas reuniões de Câmara.



De seguida, cerca das 22h15, **o Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na ordem do dia, conforme previsto no artigo 19º do Regimento.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM - GALLO VIDRO, S.A.

“Presente certidão de teor n.º 22/2021/DMC referente à deliberação camarária da reunião extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia três de agosto de dois mil e vinte e um, com o título” Proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e estabelecimento de medidas preventivas – Ampliação de Armazém - Gallo Vidro, S.A:

Presente informação técnica datada de 23/07/2021, identificativa do local da execução da ampliação de um armazém e indicação das normas do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande a suspender para o efeito.

Presente informação jurídica referente ao enquadramento legal da suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, datada de 23/07/2021.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado pela sociedade Gallo Vidro S.A., com o registo de entrada n.º E/8336/2021, de 2021/07/28 e concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica que apreciou o assunto, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), PROPOR, à Assembleia Municipal, a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal (PDMMG), numa área de 128.795,5 m2,

localizada no gaveto formado pela Rua da Lagoinha, a norte, e Rua do Repouso, a nascente, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, devidamente identificada em planta, que igualmente se anexa, de modo a viabilizar a ampliação de um armazém ali situado e devidamente licenciado.

Mais delibera propor àquele órgão deliberativo o estabelecimento de medidas preventivas, cujo texto normativo consta, igualmente, da já mencionada informação jurídica, em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º

A proposta de suspensão é, nos termos do n.º 3 do referido artigo 126.º, objeto de parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pelo que a presente deliberação e respetiva informação jurídica devem ser remetidas a essa entidade, antes da presente proposta ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

Presente certidão de teor n.º 26/2021/DMC referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 6 de setembro de 2021:

Presente parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com registo de entrada n.º E/9200/2021, emitido nos termos do n.º 3 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que procedeu à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, referente à proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande e ao estabelecimento de medidas preventivas para uma área de 12.88 ha, localizada no gaveto formado pelas Ruas da Lagoinha, a norte e do Repouso, a nascente, na freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Considerando que:

- Na sua reunião de 03-08-2021, esta Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que procedeu à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), propor, à Assembleia Municipal a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG) para uma área de 12.88 ha, localizada no gaveto formado pelas Ruas da Lagoinha, a norte e do Repouso, a nascente, na freguesia e Concelho da Marinha Grande;

- Mais deliberou propor àquele órgão o estabelecimento de medidas preventivas, em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º;

- A proposta de suspensão foi objeto de parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), nos termos do n.º 3 do artigo 126.º e n.º 2 do artigo 138.º, ambos do RJIGT, documento que foi registado em 20-08-2021, sob o n.º E/9200/2021, que refere que a proposta elaborada pela Câmara Municipal enquadra-se na alínea b) do n.º 2 do artigo 126.º do RJIGT “porquanto decorre essencialmente da necessidade de viabilizar um investimento vital para uma empresa já instalada e

naturalmente para a dinamização da economia local e, até nacional, bem como para a criação de emprego.”

- No referido parecer é, ainda, referido que a planta deve ser melhorada em termos gráficos identificando-se a área a suspender como “Área sujeita a suspensão e medidas preventivas”;

A Câmara Municipal delibera SUBMETER à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de suspensão parcial do PDMMG, na área já identificada e o estabelecimento das respetivas medidas preventivas, por ser o órgão competente para o efeito, nos termos da mencionada alínea b) do n.º 1 do já citado artigo 126.º e n.º 1 do artigo 137.º, ambos do RJGT, aprovada na já mencionada reunião camarária datada de 03-08-2021, devidamente acompanhada do parecer favorável da CCDRC e da planta melhorada, de acordo com indicações dadas por essa entidade.

Mais delibera REMETER à Assembleia Municipal certidão da citada deliberação de 03-08-2021, parecer jurídico e informação técnica, ambos de 23-07-2021, que fazem parte integrante dessa deliberação, planta de localização, identificativa da área a suspender, parecer favorável da CCDRC e certidão da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.”



Usou da palavra, **o deputado Luiz Branco (+C)** que disse votar favoravelmente. Disse ainda que devemos refletir sobre estas suspensões ao PDM, até quando andaremos a fazer isto?! Para quando a conclusão da revisão do PDM?!

Mas há muitas empresas e pessoas que continuam com as vidas suspensas devido à falta de um PDM. Chamou atenção que se resolveu, e bem, o trânsito de camiões em Picassinos, mas que agora os vamos ter no coração da marinha Grande e na zona de casal galego com o crescimento da Gallo Vidro. Com um PDM discutido e aprovado atempadamente, talvez o resultado fosse outro.



Usou da palavra, **a deputada Renata Pereira (CDU)** que disse que este ponto levanta o problema relativo à ampliação e criação de novas zonas industriais que a Câmara não conseguiu resolver. A CDU entende que esta é uma questão básica e não entende o atraso na revisão do PDM.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, apreciou o assunto e concordando com os fundamentos de facto e de direito das deliberações camarárias de 03.08.2021 e 06.09.2021, que passam a fazer parte integrante da presente deliberação, deliberou, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, aprovar a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (PDMMG), numa área de 128.795,5 m², localizada no gaveto formado pela Rua da Lagoinha, a norte, e Rua do Repouso, a nascente, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, devidamente identificada em planta, - que igualmente fica a fazer parte integrante da presente deliberação e se anexa, - de modo a viabilizar a ampliação de um armazém ali situado e devidamente licenciado.

Mais deliberou aprovar as medidas preventivas - cujo texto normativo consta da informação jurídica que faz parte integrante da deliberação camarária de 03.08.2021 e que se passam a reproduzir em consequência da suspensão parcial do PDMMG, tal como preceitua o n.º 7 do já citado artigo 126.º.

Esta deliberação que adota medidas preventivas está, nos termos do n.º 6 do mencionado artigo 126.º, sujeita a publicação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes (23 deputados).



PONTO 2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

“Presente certidão de teor nº 23/2021/DMC referente à seguinte deliberação camarária da reunião extraordinária de 23 de agosto de 2021:

Presentes os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao ano de 2020, constituídos por:

- *Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluindo:*
 - o *Balanço Consolidado*
 - o *Demonstração de Resultados por Natureza*
 - o *Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado*
 - o *Demonstração das Alterações no Património Líquido*
- *Demonstrações Orçamentais Consolidadas, incluindo:*
 - o *Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental*
 - o *Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza*

- *Relatório de Gestão que integra os anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas*
- *Certificação Legal das Contas Consolidadas*

Os quais se encontram integralmente elaborados, para apreciação e votação devendo posteriormente ser arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

Considerando que nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, as entidades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, poderiam remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º da mesma lei, é entendimento do Tribunal de Contas que o termo para apresentação das contas consolidadas pelas entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, é o dia 31 de agosto de 2021.

A Câmara Municipal, após apreciação dos documentos indicados e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2020 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma.

Mais delibera, propor à Assembleia Municipal que aprove a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de 421.122,16 euros sob a forma de Resultados Transitados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.”



Usou da palavra, **a deputada Etelvina Ribeiro (CDU)** que disse nada terem a opor às contas consolidadas dado que são elaboradas por técnicos que nos merecem confiança. No entanto, o executivo deveria ter enviado a esta assembleia, uma nota justificativa relativa ao atraso.



A Assembleia Municipal da Marinha Grande apreciou e aprovou os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2020, bem como a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de 421.122,16 euros sob a forma de Resultados Transitados, nos termos do disposto na alínea l) do

n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes (23 deputados).



PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 13.ª MODIFICAÇÃO AOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS 2021 – 4.ª REVISÃO

“Presente certidão de teor nº 24/2021/DMC referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 06 de setembro de 2021:

Presente proposta da 13.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021, 4.ª Revisão, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

- 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2021, no valor de 318.463,55 euros nos reforços e 318.463,55 euros nas anulações, em 2021.*
- 4.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2021, no valor de 318.468,37 euros nos reforços e 266.452,92 euros nas anulações e com reforço de dotação em 2022 e 2023 no valor de 440.551 euros e 458.000 euros, respetivamente.*
- 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2021, com 9.500 euros nos reforços e 9.500 euros nas anulações em 2021, e anulações e reforços em 2022 de 631.722,58 euros.*

Considerando que de acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o SNC-AP, é disposto que não é revogado o ponto 8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o qual estabelece as regras das Modificações do Orçamento.

Considerando que o art.º 46.º B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto que a republicou, preceitua que as modificações do Plano Plurianual de Investimentos se consubstanciam em alterações e revisões, e que o mesmo conceito se deve aplicar ao Plano de Atividades Municipais, no qual constam as despesas com as atividades mais relevantes da gestão autárquica.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta da 13.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021, sob a forma de revisão, constituída pela 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, 4.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos

do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.”



Usou da palavra, **o deputado Luiz Branco (+C)** que referiu que não conseguiu ler toda a documentação, dado que é humanamente impossível estudar os assuntos com rigor em tão pouco tempo.



O Presidente da Mesa explicou que apenas o ponto 6 não foi enviado dentro do prazo previsto.



Tomou a palavra, **a deputada Etelvina Ribeiro (CDU)** que questionou sobre os reforços de algumas rubricas, nomeadamente as dos apoios ao associativismo e ao desporto federado. Alertou para a necessidade de limpeza dos parques da cidade através de um plano de limpeza das águas e controlo de pragas.



Usou da palavra, **a deputada Maria João Gomes (NI +C)** que disse também não ter tido tempo de ler todos os documentos. Questionou se o envio de documentos em cima da hora, é para a Sra. Presidente, demonstração de respeito por este órgão.



A Assembleia Municipal da Marinha Grande apreciou e aprovou a 13.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021, sob a forma de revisão,

constituída pela 4.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 4.^a Revisão ao Orçamento da Despesa, 4.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, 4.^a Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes (23 deputados).



PONTO 4 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

“Presente certidão de teor nº 25/2021/DMC referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 06 de setembro de 2021:

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, adiante designada por LCPA, que aprova as regras aplicáveis à assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso, se dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do artigo 3.º da LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que algumas ações apresentam dotações em anos seguintes insuficientes para os encargos que se perspetivam agora assumir tendo por base procedimentos de contratação pública que se pretendem iniciar, de bens, serviços e de empreitadas de obras públicas, e outros, tendo sido proposto o reforço das dotações em anos seguintes na proposta da 13.^a Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021 – 4.^a Revisão, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, preceitua no seu artigo 12.º que:

“(…) 1 – Para efeitos da aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…)”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2020, aquando da aprovação dos Instrumentos Previsionais para o ano de 2021, foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao limite máximo das dotações corrigidas, propostas na 4.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2021, para os anos de 2022 e 2023, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual;
2. Autorização para a abertura de procedimentos que consubstanciem a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando os encargos excedam o limite de 99.759,58 euros, nos anos de 2022 e 2023;
3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo dos encargos no ano económico de 2022 e de 2023, no valor das dotações corrigidas aprovadas com a 13.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021 – 4.ª Revisão, nas ações infra indicadas:
 - a) 2021/A/12 - Estratégia local de adequação às alterações climáticas
 - b) 2018/A/224 - Contratação de serviços diversos de estudos, projetos e consultadoria
 - c) 2019/A/158 - Aquisição de livros, jornais e revistas para a biblioteca municipal
 - d) 2020/A/17 - Prestação de serviços de controlo de insetos voadores
 - e) 2018/A/150 - Animação do centro tradicional da Marinha Grande
 - f) 2018/A/156 - Atos culturais e educativos promovidos na Casa da Cultura Stephens
 - g) 2020/A/27 - Fornecimento de iluminação pública
 - h) 2020/A/1 - Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal
 - i) 2018/A/203 – Apoios a entidades diversas
 - j) 2016/I/64 - Redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais na Rua das Chedas - Vieira de Leiria
 - k) 2020/I/6 - Remodelação da rede de abastecimento de água de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira de Picassinos - Fase 1

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 13.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021 – 4.ª Revisão, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.”



A Assembleia Municipal da Marinha Grande apreciou e aprovou:

- A assunção de compromissos plurianuais até ao limite máximo das dotações corrigidas, propostas na 4.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2021, para os anos de 2022 e 2023, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual;

- A abertura de procedimentos que consubstanciem a assunção de encargos em mais de um ano económico, para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando os encargos excedam o limite de 99.759,58 euros, nos anos de 2022 e 2023;

- E fixou ainda, o limite máximo dos encargos no ano económico de 2022 e de 2023, no valor das dotações corrigidas aprovadas com a 13.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2021 – 4.ª Revisão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nas ações infra indicadas:

- a) **2021/A/12 - Estratégia local de adequação às alterações climáticas;**
- b) **2018/A/224 - Contratação de serviços diversos de estudos, projetos e consultadoria;**
- c) **2019/A/158 - Aquisição de livros, jornais e revistas para a biblioteca municipal;**
- d) **2020/A/17 - Prestação de serviços de controlo de insetos voadores;**
- e) **2018/A/150 - Animação do centro tradicional da Marinha Grande;**
- f) **2018/A/156 - Atos culturais e educativos promovidos na Casa da Cultura Stephens;**
- g) **2020/A/27 - Fornecimento de iluminação pública;**
- h) **2020/A/1 - Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal;**
- i) **2018/A/203 – Apoios a entidades diversas;**
- j) **2016/II/64 - Redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais na Rua das Chedas - Vieira de Leiria;**
- k) **2020/II/6 - Remodelação da rede de abastecimento de água de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira de Picassinos - Fase 1.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes (23 deputados).



PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 2.^a ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2021

“Presente certidão de teor nº 27/2021/DMC referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 6 de setembro de 2021:

Considerando que o mapa de pessoal enquanto instrumento de planejamento de gestão de recursos humanos, materializa a previsão de trabalhadores necessários para, anualmente, levar a cabo a realização das atividades de cada serviço, no âmbito das atribuições municipais e estratégia definida.

Considerando que o mapa de pessoal assume um caráter dinâmico, que permite a sua alteração sempre que se revele necessário, e com vista à resposta célere e eficaz dos problemas com que o Município se confronta diariamente.

Considerando que nos termos do preceituado nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os órgãos e serviços podem proceder a alterações ao respetivo mapa de pessoal para preenchimento dos postos de trabalho que se venham a revelar necessários para o desenvolvimento das suas atividades e que não tenham sido inicialmente previstos.

Considerando que nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal.

Considerando a informação técnica dos Recursos Humanos (I/1673/2021, de 1 de setembro), que se anexa e faz parte integrante.

A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto delibera, ao abrigo dos artigos 33.º, n.º 1 alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea o), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal a 2.^a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2021, em anexo (anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.”



Usou da palavra, **a deputada Etelvina Ribeiro (CDU)** que disse que foi justificada esta alteração com concursos que já decorreram, contudo acusamos a falta generalizada de operacionais, o executivo limita-se a contratar assistentes técnicos

e técnicos superiores. Não estão preocupados com a reorganização dos serviços municipais, mas sim, com a saída de técnicos que estão a sair por falta de condições para exercerem com qualidade e dignidade a sua profissão. O que se está a passar?! Lembrou também que ficaram de fora, do subsídio de salubridade, os trabalhadores do canil, os da pavimentação e outros de outros setores.



Usou da palavra, **a deputada Maria João Gomes (NI +C)** que disse que nos recursos humanos vão ter um acréscimo de trabalho face à transferência de 112 trabalhadores da área da saúde. Questionou que tipo de vínculo têm estas pessoas?



A Presidente da Câmara explicou que os assistentes operacionais e técnicos, da área da saúde e da educação passam para as competências da Câmara.



A Assembleia Municipal da Marinha Grande apreciou e aprovou a 2.^a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2021, em anexo (anexo 1), nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade dos presentes (23 deputados).



PONTO 6 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usou da palavra **a deputada Lisa Barata (MPM)** que disse que estamos na última sessão do mandato e que em junho de 2018, fez uma intervenção sobre a questão das acessibilidades que foi muito bem acolhida pela Sra. Presidente, mas que até agora nada se viu e nada se sabe, pelo que perguntou se já está feito o plano local de acessibilidades.



Usou da palavra **a deputada Renata Pereira (CDU)** que questionou o porquê no atraso do fundo de emergência Municipal para apoio ao comércio e às empresas. Há municípios que já estão na segunda edição deste tipo de apoios à pandemia e a Câmara ainda não conseguiu dar respostas a candidaturas de maio. Em relação às obras particulares, questionou se já fazem atendimento sem marcação e qual o horário de atendimento por telefone. Criticou o facto de se falar em avançar com o projeto do patinódromo e se divulgar uma planta no FB, sem que tenha sido apresentado em reunião de Câmara. Um projeto que ganhou o orçamento participativo em 2018 pelo valor de 100 mil euros e agora, a obra ascende a 1 milhão de euros.



Usou da palavra, **a deputada Maria João Gomes (NI +C)** que pediu um ponto de situação relativamente ao fundo de emergência de apoio às famílias e o de apoio ao comércio e esclarecimentos sobre os pagamentos das refeições escolares. A creche da Ivima, a revisão do PDM, as obras na habitação social, a integração do Museu do Vidro na rede nacional de museus, infelizmente nada se concretizou. Sugeriu que o próximo executivo elabore um plano local de habitação.



Usou da palavra, **o deputado Artur Santos (MPM)** que saudou e cumprimentou todos os que desempenharam funções e participaram na assembleia ao longo deste mandato. Quanto à Câmara, disse que sente uma revolta por termos perdido o comboio do desenvolvimento, tivemos sempre baixas execuções orçamentais, enquanto municípios à nossa volta avançam a todo o gás e progridem. As próximas eleições são as mais importantes deste século para a Marinha Grande.

Usou da palavra a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que reiterou os valores já apresentados relativamente ao fraco apoio da Câmara ao movimento associativo, durante a pandemia, no que às associações culturais e recreativas diz respeito.

Quis saber o que se passa no centro de saúde da Moita e lembrou que as outras freguesias também precisam de médicos. Mostrou a sua indignação face à forma como foram cedidas as instalações da antiga assembleia. O património municipal foi parar às mãos de uma empresa privada, sem nada ter sido discutido e articulado. Haja transparência.

Chamou ainda a atenção para a fraca iluminação pública, para a degradação do nosso património, para a falta de obras na habitação social e mais uma vez para os problemas na contratação dos serviços das AAF's e CAAF's que estão a pagar às professoras a 4,75€/hora, a recibos de verdes.



Usou da palavra o **deputado Luiz Branco (+C)** que lembrou que o drive-thru quando funcionou nas tendas não mereceu qualquer reparo, o que não se compreende e que causa estranheza, é que agora saia de lá, onde tem muito mais capacidade e espaço e venha para um local tão pequeno e que provoca problemas no trânsito. Deve haver razões que a razão desconhece.

Desejou a todos e a cada um, uma vida longa e realizada e irá continuar a lutar por um Concelho condigno onde haja vontade de viver e constituir família. Agradeceu a todos, em especial ao Sr. Presidente, o elevado respeito com que foi sempre tratado.



Usou da palavra o **deputado Carlos Wilson (MPM)** que reforçou a questão que tem que se rever o valor/hora do procedimento para as escolas. É inaceitável.



O Presidente da Mesa recomendou à Câmara que reveja os critérios para a contratação pública, em determinados procedimentos. O critério do preço mais baixo não deve ser o único usado para contratar serviços, mas também a competência e a qualidade devem ser tidas em apreço, entre outros.

Usou da palavra **o deputado João Paulo Pedrosa (PS)** que disse que as estatísticas na esmagadora maioria dos indicadores do desenvolvimento social, coloca a Marinha Grande está à frente de todos os concelhos do distrito e da grande maioria, a nível nacional. Somos o concelho que mais apoios dá ao desporto e estamos também na frente em termos de apoio à educação.

Este foi um mandato muito marcado pela pandemia e, apesar disso, ainda houve 5 milhões de euros em obras, embora o ritmo das obras não fosse o desejável, face à grande escassez de recursos.

Não se pode só criticar, lembrou que temos um serviço de proximidade aos cidadãos prestado pela TUMG e que foi amplamente melhorado neste mandato.



Com a anuência da Presidente de Câmara, **a Vereadora Alexandra Dengucho** esclareceu que aquando da discussão do procedimento de concurso público internacional para as AAF's e CAAF's, a oposição pediu que o caderno de encargos exigisse que a empresa contratasse as pessoas através de um contrato de trabalho o que implica o pagamento do salário mínimo nacional. O que não invalida que possam, de acordo com as funções, auferir de um valor acima. Por isso, há um claro incumprimento do que está estabelecido no caderno de encargos a confirmar-se a questão dos recibos verdes, conforme aqui dito. Apelou a que seja fiscalizado o contrato.



De seguida, **a Sra. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Plano local das acessibilidades – só está a acompanhar este assunto, desde maio e não dispõe de informação.

Fundo de emergência municipal – as candidaturas não são avaliadas, à medida que são entregues, mas apenas quando terminar o prazo final. Pedi que se faça a lista final, e não se aguarde por aqueles que não entregaram a documentação requerida, para que não se penalize aqueles que estão em condições de receber. Espera começar os pagamentos na próxima semana.

Obras particulares - há um problema de falta de recursos humanos, mas todas as pessoas que se dirigem à Câmara, têm sido atendidas.

Patinódromo – fomos mais ambiciosos e pensámos na atratividade desta modalidade, daí a mudança de valor do projeto.

Adutora – está em execução, deve levar cerca de um ano, só após as ligações poderemos ver a questão da melhoria da água.

Creche da Ivima – também lamenta o tempo que tem demorado. O plano de segurança da obra vai agora à próxima reunião de Câmara.

Habitação Social – a obra dos fogos do bloco L/M foi colocada a concurso, mas tivemos vários problemas. Ficou deserto, depois lançou-se novo concurso, depois não havia materiais, e agora, vamos lançar novo concurso depois de termos negociado a rescisão com o empreiteiro.

Plano local de habitação – já está prevista uma verba nesta revisão.

Mata – a todos nos dói ver assim a nossa Mata, mas sabemos que nos foram pedidos 4 anos para que houvesse reflorestação natural e já se começam a ver os resultados. Vejam o que está feito, não falem só do que não está feito. Na próxima semana, vem cá a diretora do ICNF para ver o percurso pedestre que queremos lançar no Ribeiro de S. Pedro.

Piscina – tantos anos por resolver e agora já temos um ante projeto aprovado.

PDM – estamos a aguardar o envio de documentos por parte da empresa. É um assunto que está a ser devidamente acompanhado.

Empresas garrafeiras – conseguimos trazer 220 milhões de euros de investimento para o nosso Concelho e resolver o problema dos camiões em Picassinos.

Estátua do Vidreiro – está a ser passada a bronze e depois vai ser colocada na meia-lua.

Disse ainda que sempre trabalharam em cooperação e colaboração com o Governo e rejeita que seja uma relação de subserviência. E agora estão a trabalhar no SAP24 e nas melhorias para a Moita. Quem é que conseguiu os melhoramentos na saúde?! Quem é que resolveu o assunto do IRN?!

Muito tem sido feito. Trabalha em prol do desenvolvimento do nosso Concelho.

Nos termos do nº 4 do artigo 39º do Regimento e do n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. _____

Dando cumprimento à alínea c) do nº1 do artº 30º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e quatro horas e dez minutos, da qual se se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Marina Alexandra Neves de Freitas que a redigi, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do RJAL aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

O Presidente da Assembleia Municipal

Luís Guerra Marques

Pelo Gabinete de apoio à Assembleia Municipal

Marina Alexandra Neves de Freitas

(Chefe da Divisão de Modernização e Capacitação, em regime de substituição conforme edital nº 15/DMC/2020, de 3 de julho)

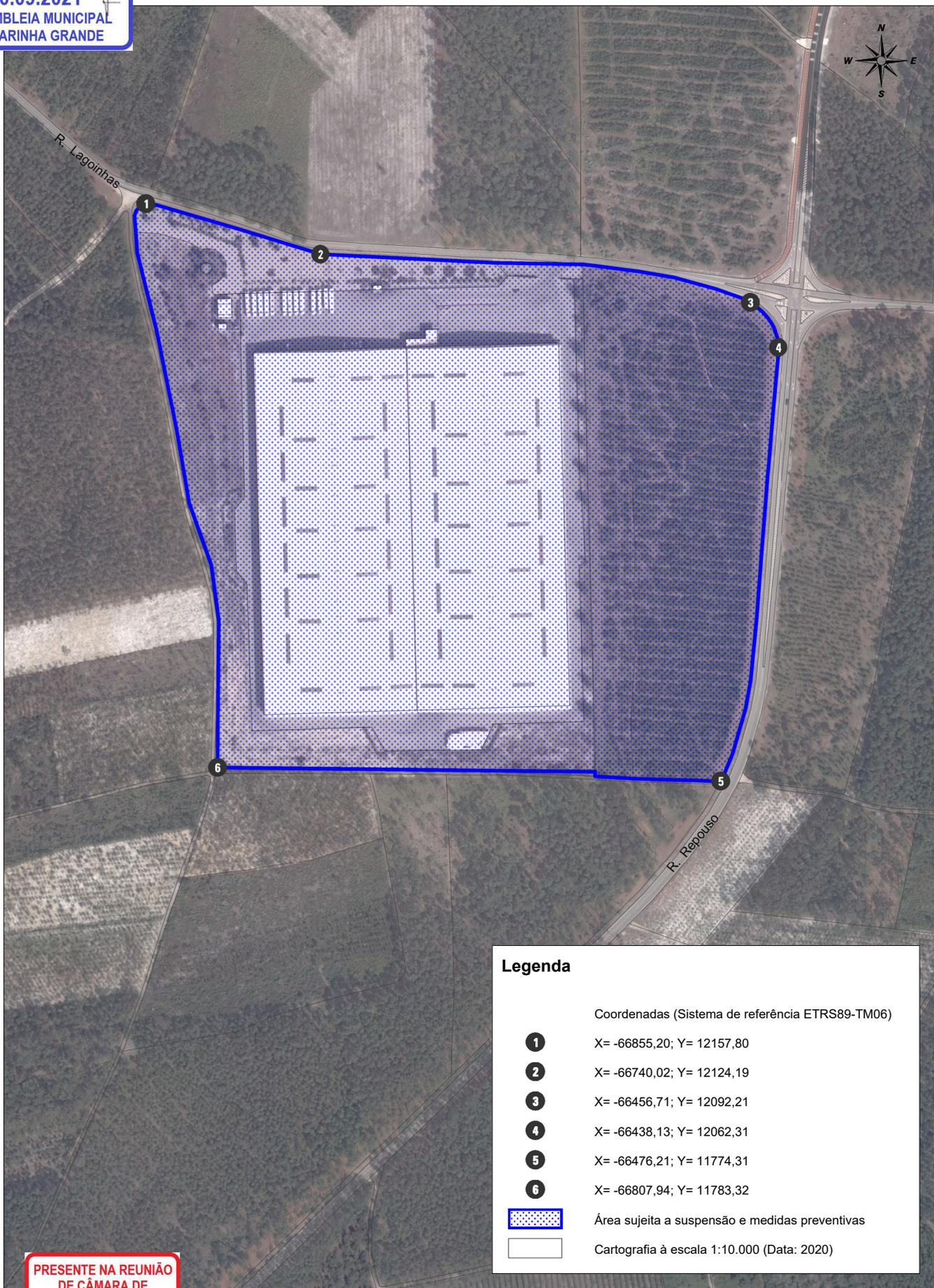


ATA Nº 6
SESSÃO ORDINÁRIA
10.09.2021

ANEXOS

MANDATO 2017/2021





Legenda

Coordenadas (Sistema de referência ETRS89-TM06)

1 X= -66855,20; Y= 12157,80

2 X= -66740,02; Y= 12124,19

3 X= -66456,71; Y= 12092,21

4 X= -66438,13; Y= 12062,31

5 X= -66476,21; Y= 11774,31

6 X= -66807,94; Y= 11783,32

 Área sujeita a suspensão e medidas preventivas

 Cartografia à escala 1:10.000 (Data: 2020)

PRESENTE NA REUNIÃO
DE CÂMARA DE
06.09.2021 *F. J. J.*

Município da Marinha Grande
Câmara Municipal



ÁREA SUJEITA A SUSPENSÃO E MEDIDAS PREVENTIVAS

MARINHA GRANDE

Planta de Localização

Planta

1

Divisão de Gestão do Território

Área de Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Data

Desenhado

PC

Impresso

agosto 2021

Informação Base: Ortofotografia Aérea de 2018

Escala

1:5000

2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2021

Situação atual

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs	
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total		
Divisão Administrativa e Financeira	Área das Finanças e Tesouraria											
	14	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	3	Gestão de Empresas / Organização e Gestão de Empresas	3					3	
	Área do Aproveitamento											
	18	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	3	Gestão de Empresas / Contabilidade e Auditoria / Administração Pública	3					3	
	19	Assistente Técnico	Realização e orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	3		2	1				3	

Situação após aprovação

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs	
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total		
Divisão Administrativa e Financeira	Área das Finanças e Tesouraria											
	14	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	3	Gestão de Empresas / Organização e Gestão de Empresas	3		1			4	abertura de procedimento concursal por tempo indeterminado
	Área do Aproveitamento											
	18	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	3	Gestão de Empresas / Contabilidade e Auditoria / Administração Pública	3		1			4	abertura de procedimento concursal por tempo indeterminado
	19	Assistente Técnico	Realização e orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	3		2	1	1			4	recurso à reserva para o posto a criar

Situação atual

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total	
Divisão de Qualidade de Vida	Áreas de Obras Municipais e Infraestruturas										
	24	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	12	Engenharia Civil/Engenharia Geológica/Engenharia Eletrotécnica/Engenharia do Ambiente/Gestão e Administração Pública	9	3				12

Situação após aprovação

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total	
Divisão de Qualidade de Vida	Áreas de Obras Municipais e Infraestruturas										
	24	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	14	Engenharia Civil/Engenharia Geológica/Engenharia Eletrotécnica/Engenharia do Ambiente/Gestão e Administração Pública	10	2	2		14	mobilidade na categoria (1PT)/procedimento concursal (1PT) e recurso à reserva de recrutamento (3PT)

Situação atual

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total	
Divisão de Modernização e Capacitação	51	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Liderança e gestão das pessoas Visão estratégica	1	Gestão e Administração Pública/Gestão de Empresas	1				1	procedimento concursal em tramitação
	52	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	1	Gestão de Recursos Humanos	1				1	
	54	Assistente Técnico	Realização e orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	4		4				4	mobilidade intercarreiras (1PT)

Situação após aprovação

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total	
Divisão de Modernização e Capacitação	51	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Liderança e gestão das pessoas Visão estratégica	2	Gestão e Administração Pública/Gestão de Empresas	1		1		2	recurso à reserva de recrutamento
	52	Técnico Superior	Orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	2	Gestão de Recursos Humanos	1		1		1	mobilidade intercarreiras
	54	Assistente Técnico	Realização e orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	4		3		1		4	recurso à reserva de recrutamento

Situação atual

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total	
Divisão de Gestão do Território	74	Assistente Técnico	Realização e orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	5		5				5	



Situação após aprovação

Unidade orgânica	Atribuições e Competências	Cargo/ Categoria	Perfil de Competências	N.º de Postos de Trabalho	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de postos de trabalho					Obs
						Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total	
Divisão de Gestão do Território	74	Assistente Técnico	Realização e orientação para os resultados Orientação para o serviço público Otimização de recursos Responsabilidade e compromisso com o serviço	7		4	1	2		7	recurso à reserva de recrutamento para ocupação de 3PT